



Número: **0023148-06.2020.8.17.2810**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

Última distribuição : **02/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDOMIRO DE SOUZA OLIVEIRA (AUTOR)		SALATIEL LIMA TEIXEIRA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
WAGNER DE MENEZES MEDEIROS JUNIOR (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
71956216	02/12/2020 16:06	Petição Inicial	Petição Inicial
71956220	02/12/2020 16:06	CNH DE VALDOMIRO	Documento de Identificação
71956224	02/12/2020 16:06	procuração assinada	Procuração
71956227	02/12/2020 16:06	COMPROVANTE DE RESIDENCIA VALDOMIRO	Documento de Comprovação
71956228	02/12/2020 16:06	DECLARAÇÃO DO HOSPITAL DE FRATURA	Documento de Comprovação
71956230	02/12/2020 16:06	fotos situação do pe depois da cirurgia e na data da negativa pericial	Documento de Comprovação
71956231	02/12/2020 16:06	LAUDO CALCANEIO 02	Documento de Comprovação
71957333	02/12/2020 16:06	LAUDO DO CALCANEIO 03	Documento de Comprovação
71957335	02/12/2020 16:06	LAUDO DO CALCANEIO 04	Documento de Comprovação
71957337	02/12/2020 16:06	LAUDO DO CALCANEIO 05	Documento de Comprovação
71957340	02/12/2020 16:06	LAUDO DO CALCONEIO 06	Documento de Comprovação
71957343	02/12/2020 16:06	laudo medico atualizado	Documento de Comprovação
71957348	02/12/2020 16:06	PRESCRIÇÃO DE FISIOTERAPIA	Documento de Comprovação
71957352	02/12/2020 16:06	PRESCRIÇÃO MEDICA	Documento de Comprovação
71957354	02/12/2020 16:06	RAIO X- VALDOMIRO	Documento de Comprovação
71957356	02/12/2020 16:06	SENHA DA PERICIA	Documento de Comprovação
71957358	02/12/2020 16:06	SERVIÇO DE FISIOTERAPIA	Documento de Comprovação
71987379	03/12/2020 11:07	Despacho	Despacho

72025 769	03/12/2020 18:19	Intimação	Intimação
72025 770	03/12/2020 18:19	Intimação	Intimação
72027 236	03/12/2020 18:32	Envio de email Perito e Habilitação Perito	Certidão
72027 238	03/12/2020 18:32	0023148-06.2020.8.17.2810_email_perito	Outros (Documento)
72596 495	16/12/2020 09:20	Certidão Juntada de AR	Certidão
72596 499	16/12/2020 09:20	Intimação de VALDOMIRO DE SOUZA OLIVEIRA	Aviso de recebimento (AR)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ^a VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE.**

PROCESSO Nº:

VALDOMIRO DE SOUZA OLIVEIRA, Brasileiro, Casado, Operador de Empilhadeira, cédula de identidade nº **3.942.042 – SDS/PE**, inscrito no **CPF/MF sob nº 781.523.804-15**, residente e domiciliado na Rua João fragoso de Medeiros, nº 339, Apto 302, Candeias, Município de Jaboatão dos Guararapes– /PE, CEP: 54430-250, Por intermédio de seus bastante procuradores, Sem condições financeiras para arcar com as despesas processuais e não estando arcando com as despesas de honorários advocatícios, como se assevera com a declaração aqui acostada , pelo que solicita Preliminarmente **OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Da Lei 1.060/50**, vem respeitosamente perante VOSSA EXCELÊNCIA, por meio desta, propor:

**AÇÃO INDENIZATÓRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR DANOS
MATERIAIS SOFRIDOS**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DÔ CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A** ., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04**, com sede na RUA DA ASSEMBLEIA, Nº 100, 26º ANDAR, CENTRO, CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20011-904, doravante denominada Ré, pelos motivos de fato e direito que passa a escandir:

PRELIMINARMENTE

O demandante vem a elevada presença deste MM juízo, com fundamento na Lei nº 1.060/1950, requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita que este é pobre, tanto na forma da lei, como na vida cotidiana, estando, neste momento impossibilitado de arcar com as custas processuais, sem deixar de prover os recursos indispensáveis a sua subsistência.

I- DOS FATOS



No dia **01 de junho de 2019**, o Requerente sofreu uma grave queda, ao subir no ônibus, tendo sido arremessado ao solido fortemente e fraturado o pé direito, conforme fotos e documentos médicos em anexo.

Após o acidente, o autor fora socorrido pelo SAMU para o Hospital Santo Amaro – Santa Casa de Misericórdia do Recife e ao dar entrada no Hospital fora **DIAGNOSTICADO COM UM FRATURA GRAVE NO CALCÂNEO DIREITO**, sendo necessário a realização de procedimento cirúrgico de emergência com a colocação de placa e parafusos, conforme ficha de esclarecimento em anexo, devidamente assinada eletronicamente pelo médico ortopedista Dr. AZARIAS SALGADO DE MELO NETO, CRM 6218.

No dia **05 de junho de 2020**, o demandante que tem 46 (quarenta e seis) anos de idade, teve alta do hospital, tendo sido recomendado diversas sessões de fisioterapia para voltar os movimentos do tornozelo direito, tendo sido realizado pelo autor 30 (trinta) sessões de fisioterapia, mesmo este não movimenta sua perna direita, como antes, posto que este ficou com sequelas irreversíveis.

Diante do acidente sofrido, o Autor possui o direito ao pagamento referente à indenização do seguro DPVAT, pelos danos materiais sofridos, pois, Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, a doutrina e a jurisprudência majoritária, para o **RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO BASTA SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE**, devendo, então, a Seguradora participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido ao Autor, uma vez já preenchidos os requisitos legais.

Sendo assim, conforme prevê a Lei nº 6.194/74, a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de **INCAPACIDADE PERMANENTE DE MEMBRO (pé direito)**, a indenização pelos danos materiais sofridos pelo demandante se perfaz na quantia de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), pelas **sequelas permanentes que esta sendo obrigado a carregar, advindos do acidente do qual fora vítima**.

II- DO DIREITO

O DEMANDANTE tem sua pretensão respaldada na Lei nº 6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório. Assevera o art. 3º, e seus incisos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia



de responsabilidade do segurado.

Excelência, é bom ressaltar que a pretensão do autor é receber a indenização do seguro DPVAT, devida pela Ré, no montante de **R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)**, **PELOS DANOS MATERIAIS SOFRIDOS NO ACIDENTE DO QUAL FORA VÍTIMA, TENDO FICADO COM INCAPACIDADE PERMANENTE DO MEMBRO AFETADO PELO ACIDENTE, CONFORME DIVERSOS DOCUMENTOS MÉDICOS EM ANEXO**, aplicando-se a correção monetária pelos índices do IGPM-FGV, a partir do ajuízo da Ação, bem como os juros legais devidos desde a citação, conforme dispõe a **Súmula nº 14**, das Egrégias Turmas Recursais dos Juizados Cíveis.

III- DOS PEDIDOS

Dado o exposto, O AUTOR requer:

- a) A procedência Total da presente demanda;
- b) A citação da Ré via postal, na pessoa do seu representante legal, no endereço do preâmbulo, para, querendo, comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, ou, ao mutirão de DPVAT, a ser designada por Vossa Excelência, bem como contestar à presente, sob pena de revelia e confissão de todos os fatos que lhe foram imputados, na forma da lei;
- c) Além da prova documental já produzida em anexo, o Requerente protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, bem como a **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**, com fulcro no art. 6º, VIII do CDC;
- d) **A CONDENAÇÃO DA DEMANDADA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT PELO DANOS MATERIAIS SOFRIDOS PELO AUTOR NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)** devidamente corrigidos;
- e) Condenação da Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver, bem como aos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

IV- DAS PROVAS

O Suplicante protesta e requer, finalmente, pela produção de todos os gêneros de provas em direito admitidas, para o fim de comprovar o alegado, especialmente pelo depoimento pessoal do Suplicado sob pena de confissão, perícias, provas documentais, juntada de novos documentos, inquirição de testemunhas.

V- VALOR DA CAUSA

Diante de todo exposto, atribui-se o valor de **R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)**, para fins fiscais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Recife, 02 de Dezembro de 2020.



SALATIEL LIMA TEIXEIRA NETO
OAB/PE 42.071

SALATIEL NUNES DA HORA
OAB/PE 44.553

ANDRESA MENDES CAHÚ DA SILVA OLIVEIRA
OAB-PE 40.931

